

ORGANIZADORES

Liara Saldanha Brites

Kamyla Stanieski Dias

Camilo Darsie

Andresa Silva da Costa Mutz

Cristianne Maria Famer Rocha

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS DO HOJE E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS

interfaces entre tecnologias
na educação e na saúde



ORGANIZADORES

Liara Saldanha Brites

Kamyla Stanieski Dias

Camilo Darsie

Andresa Silva da Costa Mutz

Cristianne Maria Famer Rocha

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS DO HOJE E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS

interfaces entre tecnologias
na educação e na saúde



| São Paulo | 2 0 2 3 |



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

ES82

Estratégias biopolíticas do hoje e a produção de sujeitos:
interfaces entre tecnologias na educação e na saúde /
Organizadoras Liara Saldanha Brites, Kamyla Stanieski Dias,
Camilo Darsie, et al. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

Outras organizadoras: Andresa Silva da Costa Mutz,
Cristianne Maria Famer Rocha.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-802-7

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.98027

1. Medicina e saúde. 2. Biopolítica. 3. Saúde. 4. Educação.
I. Brites, Liara Saldanha (Organizadora). II. Dias, Kamyla
Stanieski (Organizadora). III. Darsie, Camilo (Organizadora).
IV. Mutz, Andresa Silva da Costa (Organizadora). V. Rocha,
Cristianne Maria Famer (Organizadora). VI. Título.

CDD 610

Índice para catálogo sistemático:

I. Medicina e saúde.

Jéssica Oliveira • Bibliotecária • CRB-034/2023

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

[<https://creativecommons.org/licenses/>.](https://creativecommons.org/licenses/)

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegung Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegung
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Bianca Biegung
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini Potira Manoela de Moraes
Bibliotecária	Jéssica Castro Alves de Oliveira
Imagens da capa	31Moonlight31, Harryarts, Freepik - Freepik
Tipografias	Acumin, Geometos, Belarius Poster, Lavoir
Revisão	Os autores
Organizadores	Liara Saldanha Brites Kamyla Stanieski Dias Camilo Darsie Andresa Silva da Costa Mutz Cristianne Maria Famer Rocha

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos

e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschiqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

*O presente trabalho foi financiado
com apoio da Coordenação de Aper-
feiçoamento de Pessoal do Nível
Superior - Brasil (CAPES) - Código
de Financiamento 0001.*

ADVERTÊNCIA

Os capítulos deste livro foram desenvolvidos por pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas, sendo o conteúdo, os aspectos gramaticais e a formatação das referências de responsabilidade exclusiva dos autores e autoras, não tendo os organizadores, nem a editora, responsabilidade sobre o teor (ou a correção) deles.

SUMÁRIO

Saúde, educação e tecnologias: múltiplas escrituras sobre o tempo presente.....	19
---	----

PARTE 1

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS PARA ALÉM DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO	34
--	----

CAPÍTULO 1

Daniel Felipe Schroeder
Bruno Cristiano dos Santos
Matheus Santos de Souza
Rodrigo Mota Diniz
Sara Ester Paes

Cartografia e Biopolítica: reflexões sobre as estratégias de controle sanitário a partir de mapas digitais.....	35
--	----

CAPÍTULO 2

Rodrigo Lages e Silva

Governamentalidade e inteligência artificial: por uma insurreição dos mediadores rumo aos delírios algorítmicos.....	49
---	----

CAPÍTULO 3

Gabriel Lima Simões
Maria Mostafa

O cuidado de si frente às tecnologias de individualização em tempos de pandemia	70
--	----

CAPÍTULO 4

Nathássia Matias de Medeiros

Luciana Lobo Miranda

A sexualidade entre a saúde e a educação:

educação sexual, biopoder e produção de subjetividades..... 87

CAPÍTULO 5

Pedro Ângelo Pagni

O enigma da biopolítica,

o corpo e a inclusão:

contribuições de Roberto Esposito 108

CAPÍTULO 6

Carlos Eduardo Barzotto

A (res)significação dos Direitos Humanos

como estratégia biopolítica:

o caso do *Minuto Direitos Humanos* de Damares Alves 130

CAPÍTULO 7

Patrícia Santos Anflor

Raona Denise Pohren

Estratégias biopolíticas

e a Primeira Infância:

reflexões necessárias 150

CAPÍTULO 8

Diana Malito

Lívia Cretton

“Maternidade Apegada”:

uma análise sobre as (re)atualizações do cerceamento

que incide sobre os corpos das mulheres-mães..... 172

CAPÍTULO 9

Pablo Severiano Benevides

Do Big-Brother à Big-Grandmother:

a emergência da Grande-Avó como dispositivo tecnopolítico 192

PARTE 2

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS NA SAÚDE.....216

CAPÍTULO 10

Yerko Manzano Venegas

María Karina Lozic Pavez

**Higienismo, degeneración y biopolítica
en el Chile de comienzos del siglo XX:**

dos casos de estudio..... 217

CAPÍTULO 11

Andresa Silva da Costa Mutz

Alexandre Bica Pires

Ânderson Barcelos Martins

Leandra Gomes Gonçalves

Digitalização da Vida, Saúde e Biopolítica:

uma análise de aplicativos de emagrecimento237

CAPÍTULO 12

Liara Saldanha Brites

Maura Jeisper Fernandes Vieira

Rosane Machado Rollo

Cristianne Maria Famer Rocha

A busca de informações

em saúde no *Google Search*:

reflexões sobre estratégias biopolíticas e noopolíticas 265

CAPÍTULO 13

Letícia Farias Caetano

Kamila Lockmann

A medicalização docente

como estratégia biopolítica:

a proliferação de doenças e a produção de uma biodocência 286

CAPÍTULO 14

Marcela Haupt Bessil

Camilo Darsie

Karine Zenatti Ely

Afonso Cima

Pauline Schwarzbald

Lia Gonçalves Possuelo

**Mídias digitais e estratégias
biopolíticas dos sistemas prisionais
do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro:**

tensionamentos sobre saúde 307

CAPÍTULO 15

Luísa Klix de Abreu Pereira

Betina Hillesheim

**A produção do imperativo
“faça terapia” a partir das redes sociais:**

educação em saúde e práticas em saúde mental no SUS 325

CAPÍTULO 16

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim

Ana Kalliny de Sousa Severo

Flávia Helena Miranda de Araújo Freire

Da terra arrasada à invenção de possíveis:

biopolíticas e subjetivação na formação em psicologia
no campo da saúde coletiva 344

CAPÍTULO 17

Dilan Magnus

Carin Klein

**Lições sobre HIV/aids
e covid-19 no Instagram:**

masculinidades e condição precária 366

CAPÍTULO 18

Júlia Bagatini Santos

João Arthur Marques Lima

Eduarda Tais Stoeckel

Luiza Betiollo Ottoni

Marina Nicoloso Paiva

Tecnologias de controle e cuidado da vida:

reflexões sobre a telemedicina enquanto estratégia biopolítica 385

CAPÍTULO 19

Carina Prina Carlan

Iara Tatiana Bonin

Investimento de forças:

corpos quantificáveis correndo maratonas 401

CAPÍTULO 20

João Arthur Marques Lima

Júlia Bagatini Santos

Imunizantes com tecnologia de RNA,

estratégias biopolíticas e pandemia de covid-19 430

CAPÍTULO 21

Rafael Dall Alba

Dais Gonçalves Rocha

Madel Therezinha Luz

**As Medicinas Tradicionais
Complementares e Integrativas
como dispositivos tecnológicos
de inovação do saber em saúde:**

ética, estética e política em nome

de uma epistemologia do cuidado..... 446

CAPÍTULO 22

Welison de Lima Sousa

Anna Carolina Vidal Matos

Maria Teresa Nobre

População de rua e cidade:

impactos da covid-19 no Cariri Cearense 459

PARTE 3

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS NA EDUCAÇÃO.....481

CAPÍTULO 23

Willian Fernandes Araujo

Educando para os algoritmos:

lógicas da subjetivação a partir da plataformização da vida..... 482

CAPÍTULO 24

Marcos Antônio Carneiro da Silva

Ecobiopolítica e educação:

as transformações desse nosso tempo de agora 503

CAPÍTULO 25

Tiago de Negreiros Jardim

Moysés Pinto Neto

**Ansiedade algorítmica diante
da plataformização da educação:**

um estudo de caso a partir da Udem.....527

CAPÍTULO 26

Rodrigo de Oliveira Azevedo

Elisandro Rodrigues

Daniel Demétrio Faustino da Silva

Formação Docente e Práticas de Controle

na Saúde Durante a Pandemia da covid-19..... 551

CAPÍTULO 27

Jeane Felix

Mariana Lins de Oliveira

**Entre urgências,
insurgências e possibilidades:**

o uso de tecnologias e seus efeitos na vida docente contemporânea 571

CAPÍTULO 28

Nícolas Antonio Bargiela

Carlos José Martins

A sala de aula 3.0:

o ambiente virtual como panacéia

educacional em tempos de covid-19 585

CAPÍTULO 29

Rozélia Bezerra

**Em busca do tempo vivido durante
a pandemia de covid-19 e a experiência
com o Ensino Remoto Emergencial
em suas interfaces com “1984”
e “Admirável Mundo Novo”** 601

CAPÍTULO 30

Flavia Feron Luiz

Trans(formação) em saúde:

um modelo no cotidiano das práticas educativas 622

CAPÍTULO 31

Ilana Peres Azevedo Machado

Cristian Poletti Mossi

A escrita asmática de uma dissertação:

estratégias de resistência em face de traços

da biopolítica no encontro com a educação..... 637

CAPÍTULO 32

Éverton Vasconcelos de Almeida

Ferran Sánchez Margalef

Santiago Pich

Educação e plataformas digitais:

formação do sujeito empreendedor

na era do capitalismo neoliberal 656

CAPÍTULO 33

Clarice Antunes do Nascimento

**Cultura *Maker* e empreendedorismo
como estratégias biopolíticas
de inclusão produtiva da juventude
considerada “nem-nem” 685**

CAPÍTULO 34

Guilherme Vendruscollo Werlang

Neoli Paulina da Silva Gabe

Paula Caroline Pepa Oliveira

Kátia Teresinha Lopes Della Flora

**Comunicação digital
e estratégias biopolíticas:
tensionamentos sobre a (in)acessibilidade
de surdos nas redes sociais..... 707**

CAPÍTULO 35

Adilson Cristiano Habowski

Cleber Gibbon Ratto

Vinícius Barbosa Cannavô

**Linhas de fuga do brincar
das crianças em tempos digitais:
apontamentos acerca do dispositivo de periculosidade..... 721**

CAPÍTULO 36

Vera Elenei da Costa Somavilla

Guilherme Mocelin

Analídia Rodolfo Petry

Douglas Luis Weber

**A formação universitária,
gênero e biotecnologias:
interfaces entre docentes do Brasil e Espanha 754**

CAPÍTULO 37

Rita de Cassia Quadros da Rosa

Camilo Darsie

Educação, aplicativos

***fitness* e de saúde:**

outras capturas biopolíticas.....773

CAPÍTULO 38

Jorge Andrés Jiménez Muñoz

Carlos José Martins

La discursividad socioemocional:

prolegómenos de una reforma educativa (bien) sucedida.....786

Sobre as organizadoras e o organizador 810

Sobre os autores e as autoras..... 812

Índice remissivo..... 830

Parte

2

**ESTRATÉGIAS
BIOPOLÍTICAS NA SAÚDE**



10

*Yerko Manzano Venegas
María Karina Lozic Pavez*

HIGIENISMO, DEGENERACIÓN Y BIOPOLÍTICA EN EL CHILE DE COMIENZOS DEL SIGLO XX:

DOS CASOS DE ESTUDIO

INTRODUCCIÓN¹¹

En este texto analizamos la centralidad que tuvieron las nociones de higiene, degeneración y raza en los discursos médicos y políticos de principios del siglo XX en Chile. Para lo anterior, tomamos como casos de estudio las instituciones escolares y los discursos sobre el consumo inmoderado de alcohol. En ambos casos, pese a que el despliegue de técnicas de intervención fue distinto, terminaron por racionalizarse bajo discursos comunes. El objetivo ha sido reconstruir históricamente el campo epistemológico que hizo posible considerar ciertas visiones científicas y políticas como verdaderas. En ese sentido, más que evaluar desde el presente la cientificidad que esas posiciones pueden tener, lo que nos interesa es analizar sus conceptos, argumentos y evidencias en un intento por describir las condiciones bajo las cuales esas verdades fueron aceptadas (ROSE, 1999), y a la vez entregar algunas claves para observar nuestro presente a la luz de su continuidad y discontinuidad histórica.

La influencia del trabajo de Michel Foucault es clara a lo largo del texto, y aunque por momentos no la hacemos del todo explícita, tanto la elección de los problemas, como los énfasis puestos a la hora de destacar ciertos elementos de análisis, están en la línea de los trabajos de Foucault, especialmente en los ciclos lectivos que dictó entre 1976 y 1979. Con todo, la influencia no es solo teórica y temática, sino que también recogemos de él una actitud a la hora de encarar los problemas de estudio, actitud que supone preguntarnos constantemente sobre la relación entre la verdad y el poder (FOUCAULT, 2019).

La estructura de este texto se divide en dos series de problemas, que, aunque están íntimamente relacionados podemos distinguir entre sí. En las dos primeras secciones se plantean problemas

11

Agradecemos a la Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo ANID ya que este trabajo se ha realizado con su apoyo a través de las becas de doctorados en el extranjero.

teóricos. La primera sección está centrada en un grupo de conceptos propuestos por Michel Foucault para situar un sustrato teórico-metodológico que sirve para entender las formas de problematización que se han adoptado frente a los casos de estudio en este texto. En ese marco, se ha destacado el debate en torno a la noción de biopolítica, pero poniendo especial atención a los problemas de la inclusión de la vida biológica como preocupación gubernamental, al surgimiento de la noción de población, a la relación entre racismo de estado y gobierno de la vida, y a la idea de dispositivos securitarios como centrales en el gobierno de amenazas futuras. En la segunda sección dejamos atrás los problemas estrictamente foucaultianos y ponemos el énfasis en la recepción chilena de las ideas de higiene, degeneración y raza, mostrando como estas marcaron los debates y las prácticas médicas de finales del siglo XIX, pero también la práctica gubernamental con respecto a ciertas conductas. En las dos secciones siguientes nos alejamos de los problemas puramente teóricos para analizar dos casos de estudio. Así, en el tercer apartado abordamos las instituciones escolares de principios del siglo XX como vectores donde se desplegaron una serie de mecanismos securitarios marcados por las ideas de higiene, raza y degeneración y en la cuarta sección hacemos lo propio mostrando cómo en medio de los primeros esfuerzos por regular los mercados y prácticas de consumo alcohólico fueron los mismos fundamentos teóricos los que operaron.

SOBRE LA BIOPOLÍTICA: HIGIENE, RAZA Y SEGURIDAD

Como es bien sabido, el concepto de *biopolítica* en la obra foucaultiana está cargado de matices, en un principio éste se centró en el problema de la medicina social, ampliándose progresivamente hacia el análisis estadístico de las poblaciones, para finalmente,

difuminarse bajo la idea de gubernamentalidad. Ahora bien, ya que el objetivo de este texto no es realizar una hermenéutica de la obra de Foucault, lo que expondremos a continuación es una lectura de tipo operacional, donde algunos temas tratados por el autor servirán como sustrato teórico-metodológico de cara a problematizar los casos de estudio que expondremos en los siguientes apartados. En ese sentido, nos centraremos en la inclusión de la vida biológica como objetivo gubernamental, la noción de población, la incorporación de la idea de raza desde el punto de vista estatal y la relación entre el surgimiento de ciertas instituciones y lo que podríamos llamar objetivos securitarios.

En la última clase dictada por Foucault en el ciclo lectivo de 1976, el filósofo francés señaló dos elementos que nos interesa recoger. Por un lado, la canalización de los discursos racistas europeos en una suerte de “racismo de estado”, y por otro lado, el ejercicio de un poder que, a partir del siglo XIX, tendió a estatizar lo biológico (FOUCAULT, 2014). En ambos casos, la propuesta de nuestro autor fue la de alejarse parcialmente de la forma en que esos problemas se presentan en la teoría política, y centrar sus análisis en las técnicas y tecnologías mediante las cuales dichos objetivos se desplegaron. En concreto, Foucault pasó de poner el foco en los estudios sobre los mecanismos para disciplinar los cuerpos individuales, ampliando su mirada hacia las técnicas destinadas a la multiplicidad o masa global de los cuerpos, entendidos ahora como cálculo de conjunto donde variables como la natalidad, la mortalidad, la salud y la duración de la vida pasaron a ser centrales, especialmente en conexión con la política y la economía (FOUCAULT, 2014; 2018).

Para Foucault, estos fenómenos deben entenderse junto a los desplazamientos de la medicina de finales del siglo XVIII, ya que ésta asumió como sus principales funciones la coordinación de los cuidados médicos, la centralización de la información, la normalización de los saberes y las campañas de educación higiénicas (FOUCAULT, 2014). Es en ese contexto que Foucault mostró como ciertos

hábitos fueron racionalizados desde una tecnología de doble mirada, una que, por una parte ponía énfasis en los efectos individuales de las conductas, y a la vez, miraba por las consecuencias que estas suponen para la población y las futuras generaciones. Central para dichos procesos, fue el rol que jugó la idea de raza, ya que si bien el racismo no era novedoso, fue mediante los mecanismos biopolíticos que este se introdujo en el Estado, estableciendo “el corte entre lo que debe vivir y lo que debe morir” (FOUCAULT, 2014, p. 230), así como también creando jerarquías para fragmentar lo biológico en término de razas buenas/malas, superiores/inferiores, o más importante aún, entre lo mejor y peor para la raza.

Ahora bien, para Foucault, los mecanismos biopolíticos solo han sido posibles gracias a los dispositivos de seguridad. Podríamos describir a los dispositivos de seguridad como mecanismos de gobierno que operando sobre el conjunto de la población o intentando modificar su ambiente, se ocupan de los acontecimientos posibles y probables del futuro, evaluando el coste a través de cálculos y estableciendo una división entre lo permitido y lo prohibido (FOUCAULT, 2018) dentro de una variación tolerable (GORDON, 1991). Foucault (2018) señala que los dispositivos de seguridad son centrífugos con una tendencia constante a abrirse, incluyendo nuevos elementos que responden a una realidad dada. De esa manera, la seguridad analiza la “naturaleza” de la población utilizando mecanismos de distribución estadística para obtener lo que se considera “normal”.

Es sobre la base de estas nociones que proponemos analizar los dos casos de estudio que se expondrán en los siguientes apartados. A saber, intentando mostrar el rol que jugaron las ideas de higiene, degeneración y raza, tanto en el rol securitario que adoptaron las instituciones escolares, como en las racionalidades científico-políticas que estuvieron a la base de las miradas médicas desde las que se abordó el consumo inmoderado de alcohol a principios del siglo XX.

LA RECEPCIÓN CHILENA DEL HIGIENISMO Y LAS TEORÍAS DE LA DEGENARCIÓN

Durante la transición al siglo XX en Chile, los procesos biológicos de la población pasaron a ser una preocupación gubernamental (ILLANES, 2002). El objetivo principal era destruir los focos epidémicos y reducir su propagación e intensidad (PUGA, 1891) en lo que puede considerarse un esfuerzo modernizador que luchaba por el control de “miasmas y pestilencias” (BECERRA, 2018, p. 124), además de los peligros sociales como la prostitución, las enfermedades venéreas y el alcoholismo (VETÖ, 2014). Es en ese marco que la higiene comenzó a ser considerada como una vertiente teórico-ideológica que impregnó las políticas de Estado.

En ese contexto, desde fines del siglo XIX la medicina adquirió un sentido colectivo en lo que se ha denominado “la cuestión social” (DURÁN, 2014; VETÖ, 2014), noción acuñada por la historiografía clásica para referir a los procesos de transformación económica ocurridos en Chile y el mundo a causa de la industrialización y urbanización. Desde esta perspectiva, y en línea con las miradas médicas de la época, tanto los gremios médicos como un amplio espectro del debate político coincidía en que las condiciones ambientales desencadenaban problemas epidemiológicos y enfermedades degenerativas, especialmente para los “grupos de riesgo”, lo que daba lugar a la necesidad de sanear el medio ambiente, disciplinar el comportamiento de la población urbana y pensar al sujeto no como un individuo aislado, sino en relación con otros y con la ciudad (DURÁN, 2012). Representantes de la elite médica chilena se interesaron en demostrar que estos problemas estaban sujetos a condiciones materiales posibles de conocer y controlar, y en este sentido se formuló un marco conceptual vinculado a la categoría de “condiciones de vida” (MOLINA, 2006) donde el ambiente era percibido como una amenaza que actuaba sobre los cuerpos y generaba “distorsión y

muerte" (SERRANO *et al.*, 2013, p. 176), reflejándose una particular conciencia de los ambientes infecciosos como característica de lo urbano (OSBORNE, 1996).

Así, la medicina, a través de la perspectiva higienista, realizó un diagnóstico de la pobreza en Chile, o, en otras palabras, la pobreza fue entendida a través de su lente, definiendo a los individuos en función de las enfermedades. La higiene y la ciencia sanitaria se convirtieron en el nuevo paradigma médico, vinculando las condiciones higiénicas con la pobreza, marginación y conceptos como la miseria moral y la degeneración de la raza. Como resultado de estas ideas, se estableció el proyecto de generar una cultura higiénica para la vida biológica y social chilena en áreas como el agua potable, el aire, las condiciones de la vivienda, el alcantarillado, la alimentación y las escuelas, con foco en la salud de la población en general, pero especialmente de la población obrera (LEYTON; HUERTAS, 2012).

Junto con las perspectivas higienistas, las teorías de la degeneración fueron modelos explicativos para la medicina y la psiquiatría de este periodo, que, no obstante, trascendieron el ámbito médico y proporcionaron argumentos para la criminología y la eugenesia positiva (BECERRA, 2018; SÁNCHEZ, 2014). La discusión médica sobre las teorías de la degeneración tuvo un punto de partida en la obra de Bénédict Morel, especialmente en su texto de 1857 *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles, et morales de l'espèce humaine: et des causes qui produisent ces variétés malades*, cuya tesis era que todas las anomalías en el comportamiento humano expresarían la constitución anormal de un organismo, siendo estas condiciones heredables en un avance progresivo hacia la decadencia. Para Morel, el "hombre actual" sería una desviación mórbida de la humanidad creada por Dios, aunando el pesimismo biológico con un trasfondo católico (CAROL, 1995).

En Chile, este enfoque fue recibido con entusiasmo por el gremio médico, quienes asumieron entre sus deberes no sólo el

diagnóstico clínico privado, sino también el diagnóstico social, sugiriendo que se estaba formando “una raza criminal, una raza fatídica y siniestra, que pondría en duros aprietos a la sociedad entera, a los estados, a la humanidad misma” (VARGAS, 1892 *apud* SÁNCHEZ, 2014, p. 382).

INSTITUCIÓN ESCOLAR Y DISPOSITIVOS SECURITARIOS

Desde finales del siglo XIX, la institución escolar en Chile fue central en la prevención de peligros relacionados con los hábitos higiénicos, la degeneración de la raza y la promoción de cierto tipo de conductas, siendo un importante vector para el despliegue de mecanismos de seguridad que abordaron temas tan diversos como la prevención de enfermedades y su propagación, los hábitos familiares y estudiantiles, la disciplina del cuerpo, la formación moral y la intervención ambiental. Esto se ve reflejado en el informe titulado *Reorganización del Servicio Médico Escolar*, en el que Eloísa Díaz (1901), inspectora médica de las escuelas públicas de Santiago de Chile, propugnaba tres medidas concretas: nombrar un inspector por cada dos mil alumnos reforzando la vigilancia de la higiene; hacer obligatoria la enseñanza de la higiene en las escuelas subvencionadas por el Estado; y continuar con la construcción de escuelas, ajustándolas detalladamente a la ciencia sanitaria. Las recomendaciones también eran claras sobre la relevancia de la higiene en aspectos relacionados con la educación moral:

La higiene es, después de la religión, la base mas sólida de la moralidad humana, pues enseña al hombre a dominarse i mantiene entre el espíritu y el cuerpo una perfecta armonía, corrige las costumbres viciosas, perfecciona las buenas, viriliza el espíritu i aumenta la resistencia del organismo humano para la lucha por la vida (DÍAZ, 1901, p. 15)

Las ideas planteadas por el paradigma higienista se reflejaron en diversas políticas nacionales en las que la escuela ocupó un lugar importante. En 1872, la higiene fue incluida como materia obligatoria en las aulas, especialmente relacionada con la educación física, y en 1890 fue incluida en el programa de formación de profesores. La Comisión de Instrucción Primaria debía supervisar y controlar la higiene de las infraestructuras escolares, los alumnos y los profesores, y en 1898, se encargó a Eloísa Díaz (1906, p. 6) la función de inspectora médica de las escuelas públicas de Santiago de Chile, quien propuso un plan de “regeneración higiénica” que se extendió a todo el país. En 1887 se promulgó la Ley de Vacunación Obligatoria, siendo la escuela la plataforma oficial de distribución a partir de 1904. Así, el avance progresivo y gradual de la normativa con respecto a las ideas higienistas implicaba no sólo cuidados, sino también vigilancia, estadística, aislamiento y segregación, es decir, ponía en funcionamiento todo un sistema de control y administración de la población (VETÖ, 2014).

Es posible observar que para lograr el fortalecimiento de la nación, el proyecto higiénico-social consideraba a la educación como un medio de intervención efectivo y plataforma privilegiada para el acceso a la población (SIMON; SÁNCHEZ, 2017), no sólo enfocada en niños, niñas y jóvenes, sino para la sociedad en su conjunto. La escuela debía ser un “templo de moralidad”, y el Estado debía devolver al alumno a sus hogares con los conocimientos necesarios para cumplir sus deberes con la familia y la patria (DÍAZ, 1901). En ese sentido, la escuela como institución aplicó una ortopedia moral que pretendía modelar el futuro más que castigar el pasado (DEACON, 2006).

Los médicos higienistas establecían una conexión entre salud, higiene, pobreza, alcoholismo y delincuencia. Desde esa perspectiva, la pobreza era vista como consecuencia de un proceso de degeneración biológica resultante de la irresponsabilidad moral de las familias (SÁNCHEZ, 2014). Respecto a este problema, Díaz se

refiere con preocupación, sugiriendo que el enemigo más terrible del niño era la miseria fisiológica, añadiendo algunas condiciones ambientales que explicarían esta decadencia:

viven en cuartos pequeños, situados a un nivel mui inferior del de la calle, cuartos con una sola i las mas veces pequeñísima puerta, por la que no penetra un rayo de sol, el clásico cuarto *redondo*, *sepulcro de vivos*, en donde están agrupados los padres con los hijos [...] todos en el mas completo abandono e indolencia. Además de esto, podemos observar que dicho estado físico marcha aunado con el estado moral de los niños que son testigos de escenas que están en pugna con las buenas costumbres (DÍAZ, 1901, p. 19, cursiva en el original).

En este contexto, el movimiento sanitario, la medicina y los estudios demográficos apoyaron la organización de un nuevo sistema de medidas sociales que fue la base para la criminología. Estas ideas eran cercanas a la eugenesia desarrollada en Europa, donde una de las discusiones centrales era la dicotomía entre herencia y ambiente, o como se conocía en el mundo anglosajón de la época, la controversia *nature-nurture* (CABRERA, 2014). En este sentido, mientras en Europa se extendían las ideas que atribuían mayor relevancia al factor hereditario en la formación y degeneración de las razas, otras corrientes de pensamiento consideraban que era necesario luchar contra los problemas económicos y sociales como los verdaderos causantes del deterioro. A diferencia de Europa, en Chile los estudios criminológicos no se preocuparon de la criminalidad genética ni de la antropometría. En cambio, algunos médicos apoyaron la idea de evaluar las acciones y movimientos humanos en un contexto global, considerando que hasta el más extraño comportamiento humano estaría sujeto a una regularidad (ORREGO LUCO, 1897). Por lo tanto, el objetivo de estos estudios era identificar las causas ambientales y circunstanciales de la criminalidad, basadas principalmente en la geografía, el clima, la alimentación, la economía y la educación, de modo que fuera posible el ideal de la regeneración física y moral.

Así, en América Latina no fue posible implementar programas y sistemas de pensamiento eugenésicos como los anglosajones o alemanes, considerando que existía una tendencia a ponderar los factores ambientales como más relevantes que los hereditarios (CABRERA, 2014). Lo que se implementó en Latinoamérica, fue una versión centrada en la regulación y desarrollo físico de los individuos a través de planes de acondicionamiento físico y nutrición, o lo que se denominó "eugenesia positiva" considerando el cuerpo y el carácter de los jóvenes como la amalgama de la nación (DURÁN, 2014; VETÖ, 2014). Así, las instituciones, discursos y prácticas llevadas a cabo en Chile en las primeras décadas del siglo XX impulsaron medidas en la línea de la eugenesia positiva, entremezclándose las ideas higienistas en los discursos de defensa de la raza, en la lucha contra las enfermedades sociales, en las campañas de educación sexual y, por supuesto, en las reformas educacionales y sanitarias (VETÖ, 2014).

En este escenario, las posibilidades de regeneración de la raza se relacionaban con la perspectiva del evolucionismo donde educar y sanear eran cruciales para la mejora y el progreso (SÁNCHEZ, 2014). La educación se erigía como una de las fórmulas más importantes para reformar las condiciones de vida de la siguiente "generación de degenerados" que, en condiciones higiénicas adecuadas y sometidos a una educación apropiada, podrían llegar a ser "normales". Díaz (1901, p. 18) se refiere a la relevancia de las escuelas para la protección de la raza: "Solamente así, enseñándole al niño desde su primera edad las nociones sobre el arte de conservar la vida [...] podremos evitar la degeneración lenta de nuestra raza que con pasos ajigantados avanza a su ruina y menoscabo".

De este modo, los programas educativos trataban de proteger a la sociedad, y especialmente a los jóvenes de contaminantes biológicos y sociales, como la mendicidad, la prostitución, el alcoholismo y el tabaquismo. La salud física, el cuidado del cuerpo y la moral de los ciudadanos establecían los parámetros para el desarrollo y el progreso. Es decir, este proyecto tuvo una influencia considerable

en el imaginario político y social de Chile, estableciendo un modelo cívico y racial que debía ser asumido por la juventud:

mediante la enseñanza obligatoria de la higiene, debemos comenzar con el nuevo siglo la era de la regeneración y de las sabias prácticas higiénicas que vigoricen la raza, que detengan las perniciosas consecuencias de esta decadencia que se nos presenta con caracteres tan siniestros (DÍAZ, 1901, p. 21).

Así, es posible ver un esfuerzo hacia la "re-generación de la raza chilena" que se veía como un problema de seguridad urgente, siendo la escuela uno de sus principales vectores, dado que esta institución era y sigue siendo uno de los lugares donde el cuerpo y la población se encuentran (BALL, 2013), un punto de intersección entre la disciplina con su acción individualizadora, y la biopolítica con su acción totalizadora, permitiendo la disciplina del cuerpo y la gestión de la población en un solo movimiento.

SOBRE EL ALCOHOLISMO: HIGIENE, DEGENERACIÓN Y RAZA

En 1902 se promulgó la primera ley de alcoholes de Chile, dicha innovación legal marcó un antes y un después en ámbitos como la gravación de impuestos, la creación de instituciones para la fiscalización económica y las tensiones entre el rol del Estado como *higienista* y *recaudador*. Ahora bien, más que entrar en los detalles de lo que esta ley supuso en términos de regulación económica, lo que aquí interesa es discutir las concepciones científico-médicas que estaban a la base de dichas transformaciones y a la vez examinar el papel que jugaron nociones como raza, higiene y degeneración en los debates de la época.

A finales del siglo XIX el discurso dominante sobre el alcohol en Chile era que su consumo inmoderado era un peligro individual, colectivo y racial, conectándose así la medicina, la moral y los nacionalismos para pensar formas de proteger lo que se ha llamado higiene racial (DURÁN, 2012; BECERRA, 2018). Ahora, bien estos cambios en las ideas sobre los efectos colectivos del alcohol estuvieron en parte motivados por el surgimiento y la recepción del *alcoholismo* como categoría médica, proceso para el cual fue decisivo el trabajo del médico sueco Magnus Huss, quien además de tratar estadísticamente enfermedades como la fiebre tifoidea y la tifus, acuñó el término (BECERRA, 2018), abriéndose así un lenguaje que hizo inteligible y divisible ciertas conductas (ROSE, 1999). En ese marco, la perspectiva que entendía al consumo inmoderado de alcohol como alcoholismo, tuvo una importante recepción en el pensamiento médico chileno, marcando una ruptura (no exenta de debates) con las visiones que defendían las propiedades alimenticias y antisépticas del alcohol, para pasar a ser causa de lesiones orgánicas y modificaciones del sistema nervioso, pero también de locura, peligros sociales y conductas anormales a corregir.

Igualmente importante fue el impacto que tuvo en el pensamiento médico la noción de contagio, el entendimiento de las bacterias y los vectores de transmisión de enfermedades (DURÁN, 2012; BECERRA, 2018) que hicieron visibles a los ambientes infecciosos como propio de lo urbano (OSBORNE, 1996). En línea con estas nuevas ideas se instaló el proyecto de generar una cultura higiénica para la vida biológica y social chilena, poniendo como objeto la salud de la nación en general, pero, especialmente la de los sectores obreros en tanto percibidos como más expuestos a la degeneración física y moral.

Los objetivos de este proyecto higienista-social eran fortalecer la nación mediante el cuidado del cuerpo de los sujetos, especialmente de aquellos llamados al trabajo agrícola e industrial. En ese sentido el discurso científico promovió un rol medico centrado

en los problemas sociales de tipo higiénico, entendiendo a la higiene como una forma aplicada de medicina donde esta contribuye a la conservación de la salud y su restablecimiento, pero también donde el médico toma un papel moral prescribiendo lo mejor para el vigor y el cuerpo de la nación (DURÁN, 2012). De esa manera, la perspectiva higienista se levantó como una suerte de puente entre el saber médico y la intervención ambiental-social. Dentro de ese esquema los hábitos de consumo alcohólico pasaron a ser vistos como un cuadro patológico especial donde su sintomatología, fisiopatología e infecto-contagiosidad, la hacían ser vista como una enfermedad social (BECERRA, 2018).

Ya situados los antecedentes sobre los cruces entre el higienismo y el consumo de alcohol, resta hacer lo propio con las teorías de la degeneración. Sobre la relación entre las teorías de la degeneración y el problema del alcoholismo en Chile, los comentaristas tienden a identificar como clave el trabajo del médico Luis Vergara (BECERRA, 2018; SÁNCHEZ, 2014; FERNÁNDEZ, 2009), quien en 1892 publicó el artículo: *Alcoholismo y degeneración*. En dicho texto, se desacreditan las propiedades nutricionales del alcohol que habían persistido en la medicina de su tiempo. Para Vergara, era indiscutible el rol que han jugado las bebidas embriagantes a lo largo de la historia, especialmente en términos de alivio y estímulo. Según su argumento, pese a que el consumo alcohólico ha devenido a partir de una necesidad humana, eso no quita sea causa y condena de la degeneración del individuo y su especie:

Los niños [hijos de padres alcohólicos] presentan todos los caracteres de estos seres retrógrados: son flacos, demacrados, pálidos; presentan una estupidez marcada en sus facciones; no hablan, no poseen lenguaje articulado, solo pronuncian algunas palabras aisladas. La boca está siempre abierta, la saliva corre por sí sola; ríen por cualquier motivo, lloran sin causa manifiesta. La cabeza es muy pequeña, dolicocefálica, sumamente largada en el sentido antero posterior (VERGARA, 1892 *apud* FERNÁNDEZ, 2009, p. 197).

Ahora bien, la relación entre alcohol y degeneración no solo se centraba en los aspectos médicos, también los especialistas de la época establecieron relaciones de causalidad entre la descendencia de los bebedores y su predisposición al crimen:

El alcohólico no es tan temible por sí, como lo es por sus actos, por la sucesión degenerada que engendra y por los delitos y crímenes a que da lugar. Así como el alcohólico crónico da lugar a la procreación del epiléptico, forma también al degenerado criminal, al criminal instintivo; ambos semejantes en su organización cerebral defectuosa, ambos igualmente dotados para ser candidatos de criminales (BECA 1892 *apud* FERNÁNDEZ, 2009, p. 442-450).

Asimismo, las advertencias sobre los peligros del alcohol fueron más allá de los daños orgánicos, nerviosos y los riesgos hereditarios que se comentaron anteriormente, acercándose también a discursos sobre la degeneración, el debilitamiento y la extinción de la raza chilena (FERNÁNDEZ, 2009). Ejemplo de esto fueron las publicaciones que la *Revista Médica de Chile* reunió durante la década del 70 y 80 del siglo XIX. Ahí, tuvieron cabida una serie de artículos sobre el impacto del alcohol en el organismo y sus consecuencias sociales, pero también sobre los daños del alcohol para la "raza chilena". Por ejemplo, en 1879, se publicó la tesis de Clotario Salamanca, quien vinculaba el uso de embriagantes con la degeneración de la raza, sosteniendo que el alcohol: "envenena las fuentes más puras de la vida, destruye la inteligencia i el sentido moral, pervierte los instintos, degenera las razas" (SALAMANCA, 1879 *apud* BECERRA, 2018).

La noción de raza en el debate sobre el alcoholismo no solo estuvo presente en términos de los riesgos para la herencia y la descendencia del pueblo chileno, también hubo una importante reflexión sobre la ascendencia, a saber, sobre el rol que jugó el alcohol en la degeneración de la raza mapuche, de la cual el chileno del siglo XIX era un heredero directo. En ese contexto, algunos autores de la época tomaron al pueblo mapuche como ejemplo de una raza otrora

viril, valiente y aguerrida, que por medio del impacto del alcohol en sus hábitos dietéticos degeneraron en un pueblo enfermizo y débil, lo que por lo demás se utilizó para explicar su derrota ante las tropas españolas y su posterior colonización:

Es muy cierto que el alcoholismo, cuando es llevado a sus límites extremos acaba por exterminar razas. La prueba práctica de este hecho no necesitamos ir a buscar muy lejos, la tenemos a la vista con la raza araucana. Esta raza heroica que resistió una lucha de cuatro siglos contra la espada y el fuego, no ha podido ser aniquilada sino con algunos miles de arrobas de aguardiente (SANHUEZA, 1898 *apud* FERNÁNDEZ, 2009, p. 259.256).

En este apartado se ha intentado describir cómo el problema del alcohol durante la segunda mitad del siglo 19 y principios del 20 fue tematizado desde distintas disciplinas que terminaron consolidando criterios discursivos comunes para referir al consumo de bebidas embriagantes como objeto de conocimiento. Estos discursos sobre el alcohol instauraron más de una ruptura con el pasado, ya que, por un lado, ideas que defendían el valor nutritivo de los alcoholes fueron quedando atrás, a la vez que el alcoholismo se asentaba como concepto para describir enfermedades individuales, biológicas y mentales, pero también poblacionales, colectivas y raciales.

CONCLUSIONES

La pandemia por covid-19 que estamos atravesando, nos dio, acaso más que lo habitual, una sensación de culminación epocal, una impresión de que el momento que vivimos, por lo menos en términos de la relación entre gobierno y gobierno de la vida, o entre salud, mercado y estado, llegaba a una suerte de clímax. En ese contexto, revisar la importancia que tuvieron las ideas de higiene, degeneración y raza a finales del siglo XIX y principios del XX, es una forma

de aportar con densidad histórica a la comprensión de nuestro presente, atendiendo tanto a las continuidades existentes entre ambos momentos, como a las rupturas que se vuelven evidentes.

La revisión histórica que realizamos en este texto nos muestra toda la serie de discontinuidades con el presente. Como es evidente, las nociones de raza y degeneración no tienen la centralidad que tuvieron a principios del siglo pasado, así como también resulta claro que las escuelas han transformado su rol como dispositivos securitarios orientados a la salud pública hacia otros problemas como la prevención del crimen y la "salud mental". Sin embargo, la visión sobre la higiene y más importante aún, la idea de gobernar la existencia biológica de una población, es una de las formas en que la historia se muestra continua con respecto al presente. Así mismo, la relación entre política y expertiz profesional, o entre el rol del político y el experto, lejos de consolidarse como vías paralelas, ha mostrado (aun cambiando sus fundamentos epistémicos y teóricos) ser más estrecha que nunca.

Somos conscientes de que la presentación de estos antecedentes históricos puede parecer inoportuna. Tanto quienes ven en las estrategias biopolíticas una intromisión excesiva del estado sobre el individuo, como quienes piensan que la falta de ellas es dejar a cada quien expuesto a la muerte, pueden tener razones para sostener que no es momento de relativizar, o mejor dicho, de teñir de perspectivismo una realidad que supone esfuerzo mancomunados, sean estos a favor o en contra de la biopolítica. Así, vincular la salud pública y los discursos higiénicos con una suerte de racismo de estado, que desde la noción de degeneración proponía políticas eugenésicas puede hacer pensar a muchas personas que no es momento de traer a colación dichos fantasmas del pasado, especialmente porque desde las izquierdas parece más indicado respaldar sin vacilación alguna, el espacio de lo público frente al avance de lo privado, y al mismo tiempo, porque desde las derechas, especialmente las más conservadoras,

las ideas de raza y degeneración siguen operando como racionalidad a la hora de discutir contra las agendas del progresismo.

En momentos donde la razón política parece confusa, analizar históricamente el pasado puede ofrecer algo de orientación para interpretar el presente. A raíz de la pandemia por covid-19, muchas de las coordenadas mediante las cuales organizamos nuestro entendimiento de la vida social parecen debilitarse, los límites antes relativamente claros entre lo público y lo privado, el espacio laboral y el familiar, la libertad y la coacción, lo que incumbe al individuo y a la sociedad como conjunto fueron puestos en entredicho siendo necesario mirar desde puntos de vista distintos, y quizás mucho más matizados, todos esos problemas.

REFERENCIAS

BALL, S. **Foucault, power, and education**. 1. ed. Londres: Routledge, 2013.

BECERRA, M. 'Restaurando la voluntad del enfermo': Medicalización del uso de drogas en la primera mitad del siglo XX en Chile. **Sociedad Hoy**, Concepción, v. 26, p. 117-153, 2018.

CABRERA, J. La salvación de la patria y la raza: Discursos y políticas médico-educacionales en torno a la figura de Pedro Aguirre Cerda. **Cuadernos Chilenos de Historia de la Educación**, Rancagua, v. 2, 2014.

CAROL, A. **Histoire de l'eugénisme en France. Les médecins et la procreation XIX-XX**. Paris: Le Seuil, 1995.

DEACON, R. Michel Foucault on education: A preliminary theoretical overview. **South African Journal of Education**, v. 26, n. 2. 2006.

DÍAZ, E. **Reorganización del Servicio Médico Escolar**. Santiago: Imprenta Nacional, 1901.

DURÁN, M. A. Género, cuerpo, gimnasia y sexualidad en los manuales educacionales higienistas y eugenésicos en Chile, 1870-1938. **Revista de Historia Social y de las Mentalidades**, Santiago, v. 18, n. 1. 2014.

DURÁN, M. A. **Medicalización, Higienismo, y Desarrollo Social en Chile y Argentina, 1860-1918.** Santiago: Universidad de Santiago de Chile, 2012.

FERNÁNDEZ, M. Alcoholismo, herencia y degeneración en el discurso médico chileno. 1870-1930. *In*: GAUNE, R.; LARA, M. **Historias de racismo y discriminación en Chile.** Santiago: Uqbar Ediciones, 2009.

FOUCAULT, M. **Defender la sociedad:** Curso en el Collège de France (1975-1976). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

FOUCAULT, M. **Seguridad, territorio, población:** Curso en el Collège de France (1977-1978). México: Fondo de Cultura Económica, 2018.

FOUCAULT, M. ¿Qué es la crítica? Seguido de La cultura de sí: Sorbona, 1978/ Berkeley, 1983. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2019.

GORDON, C. Governmental rationality: An introduction. *In*: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. **The Foucault Effect:** Studies in Governmentality. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

ILLANES, M. A. **La batalla de la memoria. Ensayos históricos de nuestro siglo Chile, 1900-2000.** Santiago: Planeta, 2002.

LEYTON, R.; HUERTAS, C. Reforma urbana e higiene social en Santiago de Chile. La tecnoutopía liberal de Benjamín Vicuña Mackenna (1872-1875). **Dynamis**, Granada, v. 32, n. 1, 2012.

MOLINA, C. La cuestión social y la opinión de la elite médica. Chile: 1880-1890. Un Análisis de la Revista Médica de Chile y de los Anales de la Universidad de Chile. **Anales Chilenos de Historia de la Medicina**, Santiago, v. 16, 2006.

ORREGO LUCO, A. **La Cuestión Social.** Santiago: Imprenta Barcelona, 1897.

OSBORNE, T. Security and vitality: Drains, liberalism and power in the nineteenth century. *In*: BARRY, A.; OSBORNE, T.; ROSE, N. **Foucault and Political Reason.** Liberalism, neo-liberalisms and rationalities of government. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

PUGA, F. **Elementos de higiene.** Santiago: Imprenta Gutenberg, 1891.

ROSE, N. **Governing the soul:** The shaping of the private self. 2. ed. London: Free association books, 1999.

SÁNCHEZ, M. La Teoría de la Degeneración en Chile (1892-1915). **Historia**, Santiago, v. 47, n. 2. 2014.

SERRANO, S.; PONCE DE LEÓN, M.; RENGIFO, F. **Historia de la educación en Chile, 1810-2010. Tomo II. La educación nacional, 1880-1930**. 1. ed. Santiago: Taurus, 2013.

SIMÓN, I.; SÁNCHEZ, R. Introducción del paradigma higiénico sanitario en Chile (1870-1925): Discursos y prácticas. **Anuario de Estudios Americanos**, v. 74, n. 2, 2017.

VETÖ, S. Psicoanálisis, higienismo y eugenesia: Educación sexual en Chile, 1930-1940. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, França, 9 jun. 2014.